

EXERCÍCIO DO DIREITO À OPOSIÇÃO DO TRATAMENTO (MODELO A)

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome/ Denominação social: Direção da Agência/Filial/
Serviço, relativamente ao qual se exerce o direito de oposição ao tratamento de dados
pessoais. Localizada em
.....
..... nº código postal, na
localidade de, concelho de

**DADOS DO TITULAR DE DADOS OU DO SEU
REPRESENTANTE LEGAL**

Sr./ Sra., maior de idade,
residente em, nº....., na localidade de
....., no concelho de, portador do bilhete de
identidade ou cartão de cidadão n.º, contactável pelo endereço de correio
eletrónico....., vem, por meio do preenchimento do presente formulário
exercer o direito de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, conforme previsto pelo
artigo 21.º do Regulamento UE 2016/679, Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

REQUERE

A oposição ao tratamento dos meus dados pessoais, tendo em consideração que:

O tratamento dos meus dados se baseia na satisfação de interesses legítimos
proseguidos pelo responsável pelo tratamento ou de terceiros que põe em causa os
meus direitos, liberdade e garantias, devendo este limitar o tratamento dos dados até
que o titular de dados obtenha uma resposta ao exercício deste direito.

O tratamento dos meus dados pessoais está a ser realizados com fins de investigação
científica, histórica ou fins estatísticos.

Sem prejuízo do responsável de tratamento poder demonstrar os interesses imperiosos que
prevaleçam sobre os meus direitos, liberdades e interesses legítimos, exponho seguidamente os
motivos pelo qual pretendo opor-me ao tratamento dos meus dados pessoais:

.....
.....
.....
.....

Que o meu pedido seja respondido, nestes termos e por escrito, num prazo de um mês a
contar da receção deste pedido.

Em....., a de..... de.....

Assinatura:

EXERCÍCIO DO DIREITO À OPOSIÇÃO (MODELO B)

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome/ Denominação social: Direção da Agência/Filial/
Serviço, relativamente ao qual se se exercer o direito de oposição ao tratamento de dados
pessoais. Localizada em
..... n.º código postal, na
localidade de, concelho de

DADOS DO TITULAR DE DADOS OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

Sr./ Sra., maior de idade,
residente em, n.º....., na localidade de
....., no concelho de, portador do bilhete de
identidade ou cartão de cidadão n.º, contactável pelo endereço de correio
eletrónico....., vem, por meio do preenchimento do presente formulário
exercer o direito de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, conforme previsto pelo
artigo 21.º do Regulamento UE 2016/679, Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

REQUERE

A oposição ao tratamento dos meus dados pessoais com fins de marketing direto, incluindo a
elaboração de perfis sobre a minha pessoa.

Que o meu pedido seja respondido, nestes termos e por escrito, num prazo de um mês a
contar da receção deste pedido.

Em....., a de..... de.....

Assinatura:

INSTRUÇÕES

1. O modelo A deve ser utilizado quando os titulares de dados se opõem ao tratamento de dados pessoais, posição fundada em motivos da sua situação particular e em qualquer uma das seguintes circunstâncias:

- O tratamento dos meus dados pessoais se baseia em prossecução de interesse público ou em exercício de funções de autoridade pública conferidos ao responsável pelo tratamento.
- O tratamento dos meus dados se baseia na satisfação de interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou de terceiros.

Nas duas circunstâncias acima descritas, o mero exercício do direito pelo titular de dados, obriga ao responsável pelo tratamento de dados a imediatamente limitar o tratamento dos dados até que responda ao titular dos dados.

- O tratamento dos meus dados pessoais está a ser realizados com fins de investigação científica, histórica ou fins estatísticos.

O modelo B deve ser utilizado quando o titular de dados pretenda opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais com fins de marketing direto, incluindo a elaboração de perfis.

2. Em determinadas situações, o responsável pelo tratamento poderá solicitar que acompanhe o seu pedido com uma cópia do seu cartão de cidadão ou documento equivalente que confirme a sua identidade e seja reconhecido pela lei nacional. No caso de atuar através de representante legal, este deverá identificar-se validamente e fazer prova dos instrumentos de representação.

3. A Comissão Nacional de Proteção de Dados não tem os seus dados pessoais e só pode fornecer os dados de contacto dos Encarregados de Proteção de Dados que lhe tenham sido notificados.

4. O titular dos dados pessoais deverá primeiramente dirige-se à concreta entidade (pública ou privada, empresa ou profissional) que, pelo seu conhecimento à data, possui e trata os seus dados pessoais.

|